



33.3.0010687-1

Tipo Jurídico

Sociedade anônima

Porte Empresarial

Normal

Nome

LABORATORIOS B BRAUN S/A

Código Ato

Eventos

002	Cód	Qtde.	Descrição do Ato / Evento
	021	1	Alteração / Alteração de Dados (Exceto Nome Empresarial)
	024	1	Alteração / Alteração de Filial na UF da Sede
	xxx	xx	xxx
	xxx	xx	xxx
	xxx	xx	xxx

CERTIFICO O DEFERIMENTO POR BERNARDO FEIJÓ SAMPAIO BERWANGER, EDUARDO MARCELO UENO E SÉRGIO GARCIA DOS SANTOS SOB O NÚMERO E DATA ABAIXO:

[illegible]

Jorge Paulo Magdaleno Filho

SECRETÁRIO GERAL

Deferido em 04/05/2023 e arquivado em 04/05/2023

Nº de Páginas

Capa Nº Páginas

23

 $1/3$

Observação:

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: LABORATORIOS B BRAUN S/A

NIRE: 333.0010687-1 Protocolo: 00-2023/334991-0 Data do protocolo: 03/05/2023


CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 04/05/2023 SOB O NÚMERO 00005455870 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3D224F0009C4D2CCA7AFDC8826FD3DC306FF591B372922E5B9FEE4B74FFE5B55

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o nº de protocolo.



Pag. 01/23



Presidência da República
Secretaria de Micro e Pequena Empresa
Secretaria de Racionalização e Simplificação
Departamento de Registro Empresarial e Integração
Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Nº do Protocolo
00 - 2023 / 334991 - 0

28/04/2023 20:58:37

NIRE (DA SEDE OU DA FILIAL QUANDO A SEDE FOR EM OUTRA UF)
33.3.0010687-1

Tipo Jurídico
Sociedade anônima

Porte Empresarial
Normal

Último arquivamento:
00005187122 - 24/11/2022

NIRE: 33.3.0010687-1

LABORATORIOS B BRAUN S/A

Boleto(s): 104368369

Hash: 12548492-6CFB-4245-BFD6-7DBD4F853C86

Orgão	Calculado	Pago
Junta	720,00	720,00
DREI	0,00	0,00

REQUERIMENTO

Ilmo Sr. Presidente da Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

LABORATORIOS B BRAUN S/A

requer a v. sa o deferimento do seguinte ato:

Código do Ato

002

Código Evento	Qtde.	Descrição do ato / Descrição do evento
021	1	Alteração / Alteração de Dados (Exceto Nome Empresarial)
024	1	Alteração / Alteração de Filial na UF da Sede
XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XX
XXX	XXX	XX

Requerente

Nome:	Wagner Lopes de Almeida Junior
Assinatura:	ASSINADO DIGITALMENTE O Requerente DECLARA, sob sua responsabilidade pessoal, sem prejuízo das sanções administrativas, cíveis e penais, a veracidade dos documentos e assinaturas apresentados no presente processo
Telefone de contato:	2122330412
E-mail:	WLAJ@ME.COM
Tipo de documento:	Digital
Data de criação:	28/04/2023
Data da 1ª entrada:	



00-2023/334991-0



Laboratórios B. Braun S.A.
Av. Eugênio Borges, 1092 Arsenal
São Gonçalo - RJ - Brasil

ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA
Lavrada em forma de siúndrio cf. Art. 130, § 1º, da Lei 6.404/76

LABORATÓRIOS B.BRAUN S.A
CNPJ Nº 31.673.254/0001-02
NIRE Nº 3330010687-1

Data: 28 de abril de 2023

Horário: 10h

Local: Av. Dr. Eugênio Borges, nº 1092, Arsenal, São Gonçalo/RJ, CEP 24.751-000, na sede social dos Laboratórios B. Braun S.A. ("Companhia").

Convocação: Dispensadas as formalidades de convocação prévia em virtude do comparecimento de todos os acionistas, nos termos do artigo 124, §4º, da Lei nº 6.404/76.

Presença: Acionistas representando a totalidade do Capital Social da Companhia.

Mesa: Presidente: Sr. Bert Bender
Secretário: Sra. Daniele Pimenta de Mello Bittencourt Lopes

Ordem do Dia:

- Leitura, discussão e votação do Relatório da Diretoria, com aprovação do balanço patrimonial e das demonstrações financeiras, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2022;
- Destinação do resultado financeiro do exercício de 2022;
- Eleição do membro da diretoria, Sr. Bert Bender, para o cargo de Diretor Presidente, para exercício de mandato de 3 (três) anos, com início na presente data;
- Fixação dos honorários da Diretoria para o exercício de 2023.



DS
DPBMBL
DS

- e) Aprovação do Plano de Investimento para o exercício de 2023;
- f) Inclusão da atividade código CNAE nº 32.50-7-05 (Fabricação de materiais para medicina e odontologia) no CNPJ da filial Guaxindiba inscrita sob o nº 31.673.254/0010-95;
- g) Inclusão da atividade código CNAE nº 85.99-6-04 (Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial) no CNPJ da Matriz da Companhia;
- h) Alteração do art. 4º do Estatuto Social da Sociedade, que trata do Capital Social das Ações da Companhia;
- i) Consolidação do Estatuto Social da Companhia; e
- ii) Assuntos de interesses gerais.

Deliberações: Por decisão da acionista detentora de controle majoritário sobre o capital social votante da Companhia restaram deliberado (a) (s):

a) Com abstenção dos impedidos por lei, a aprovação do Relatório da Diretoria, do balanço patrimonial e das demonstrações financeiras, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, publicados na edição de 26 de abril de 2023, Segunda Caderno – Publicidade Legal, do jornal Diário Comercial, fls B2 e nas páginas eletrônicas fls 01, 02, 03 e 04 ou versão *On Line*;

b) A Distribuição do Resultado Financeiro do Exercício de 2022, onde foram líquida de R\$ 29.711.414,03 (Vinte e Nove Milhões, Setecentas e Trinta e Um Mil, Quatrocentos e Onze Reais e Três Centavos), para as seguintes finalidades:

- a. Constituição de Reserva Legal, na proporção de 5% (cinco por cento) do lucro líquido do Exercício, no valor de R\$ 1.486.570,55 (Um milhão, Quatrocentos e Oitenta e Seis Mil, Quinhentos e Setenta e Nove Reais e Cinco Centavos), de acordo com art. 193 da Lei nº 6.404/76;
- b. Constituição de Reserva de Subvenção de Incentivos Fiscais, no valor de R\$ 28.244.840,48 (Vinte e Oito Milhões, Duzentos e Quarenta e Quatro Mil, Oitocentos e Quarenta Reais e Quarenta e Oito Centavos), de acordo com o artigo 195-A da Lei nº 6.404/76 e §3º do art. 30 da Lei 12.973/14, para fins de exclusão de tributação da base de IRPJ'S, sem pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios previstos no Estatuto Social.

DS
[Assinatura]

DS
DPDMEI BB

c) A reeleição do membro da Diretoria da Companhia, Sr. **Bert Bender**, alemão, casado, economista, presunção nº CoZICV84T, inscrito no RNE sob o nº G3981154 e no CPF sob o nº 004.483.707-14, com endereço comercial na Avenida Dr. Eugênio Borges, nº 1092, Arsenal, São Gonçalo/RJ - CEP: 24.751-000, para o cargo de Diretor Presidente para exercício de mandato conjunto de 3 (três) anos, com início na presente data e término até a realização da AGO de 2026

d) Fixação e Aprovação dos honorários globais até o limite de R\$ 3.005.723,00 (três milhões, cinco mil e setecentos e vinte e três reais) para a Diretoria, referente ao exercício 2023

e) Aprovação do Plano de Investimento da Companhia para o exercício 2023

f) Inclusão da atividade código CNAE nº 32.50-7-05 (Fabricação de materiais para medicina e odontologia) no CNPJ da filial Guaxindiba, inscrita sob o nº 31.673.254/0010-55, sito à Estrada Guaxindiba, nº 1000, Lote 39E, Guaxindiba, São Gonçalo/RJ - CEP: 24.722-030

g) Inclusão da atividade código UNAE nº 85-99-6-04 (Treinamento em desenvolvimento profissional e gerencial) no CNPJ da Matriz da Companhia, inscrita sob o nº 31.673.254/0001-02, sito à Avenida Dr. Eugênio Borges, nº 1092, Arsenal, São Gonçalo/RJ - CEP: 24.751-000

h) Alteração do artigo 9º do Estatuto Social, que trata do Capital Social e das Ações da Companhia, para alterar a distribuição acionária, mediante prévia aprovação em Assembleia Geral, que passou a seguinte redação:

"Artigo 9º - O Capital Social é R\$ 511.564.480,38 (quinhentos e onze milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta reais e trinta e oito centavos), dividida em 233.238 (duzentas e cinquenta e três mil e duzentas e trinta e cinco) ações ordinárias e 21 (vinte e três) ações preferenciais."

i) Em reunião das deliberações em 04/05/2023, resolveram os signatários consolidar o Estatuto Social da Sociedade, que segue como Anexo I à presente Ata:

j) Assuntos de interesse geral da Companhia:



OS
DPDMBL
OS
BB

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da mesa suspende os trabalhos pelo tempo necessário à lavratura desta ata na forma de sumário. Reaberta a sessão, foi esta Ata lida, achada conforme e aprovada por todos os presentes que, em seguida, a assinaram. A presente ata é cópia fiel da lavrada em livro próprio.

São Gonçalo, 28 de abril de 2023.

Presidente:
Bert Bender

DocuSigned by:
Bert Bender
02317E610F0410

Secretária:
Daniele Pimenta de Mello Bittencourt Lopes

DocuSigned by:
Daniele P. de M. Bittencourt Lopes
0C1A00E8004410



ANEXO I A ATA DE ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA
REALIZADA EM 28 DE ABRIL DE 2023.

ESTATUTO SOCIAL

LABORATÓRIOS B. BRAUN S.A.
CNPJ Nº 31.673.254/0001-02

CAPÍTULO I **DA DENOMINAÇÃO, SEDE, OBJETO E DURAÇÃO**

Artigo 1º – Laboratórios B. Braun S.A. (“Sociedade”) é uma sociedade anônima regida pelo presente Estatuto Social, pela Lei n.º 6.404/76 e demais disposições legais que lhe forem aplicáveis. A Sociedade tem sede e foro na Cidade de São Gonçalo, Estado do Rio de Janeiro, na Av. Engenheiro Borges n.º 1.092 e Av. Jequitibá n.º 09, Bairro Arsenal CEP: 24.751-000, podendo criar, manter e extinguir escritórios de vendas, filiais, sucursais, agências e estabelecimentos industriais e comerciais, onde e quando for julgado conveniente, por decisão da Diretoria.

Artigo 2º – A Sociedade tem por objeto:

- industrialização, distribuição e comercialização de produtos farmacêuticos hospitalares, odontológicos, suplementos nutritivos – dietas enterais, saneantes e desinfetantes, cosméticos, produtos de higiene e limpeza, veterinários e artefatos plásticos;
- prestação de serviços de assistência técnica ligada aos segmentos de negócios nos quais atua;
- locação e venda de máquinas e equipamentos médico-hospitalares;
- locação de outros equipamentos comerciais e industriais não especificados anteriormente;
- concessão de franquias;
- ministração de treinamentos e aperfeiçoamento técnico;
- participação em outras sociedades, quando permitido em lei;
- quaisquer outras atividades acessórias, congêneres ou correlatas que forem de seu interesse, inclusive importação e exportação;
- intermediação e agenciamento de serviços e negócios em geral, exceto imobiliários;
- prestação de serviços de fonoaudiologia e nefrologia.

OS
S

OS
DPOMB1 BB

Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro

Empresa: LABORATORIOS B BRAUN S/A

NIRE: 333.0010687-1 Protocolo: 00-2023/334991-0 Data do protocolo: 03/05/2023

CERTIFICO O ARQUIVAMENTO em 04/05/2023 SOB O NÚMERO 00005455870 e demais constantes do termo de autenticação.

Autenticação: 3D224F0009C4D2CCA7AFDC8826FD3DC306FF591B372922E5B9FEE4B74FFE5B55

Para validar o documento acesse <http://www.jucerja.rj.gov.br/servicos/chanceladigital>, informe o n° de protocolo.



- k) comércio atacadista de cosméticos e produtos de perfumaria; e
- l) comércio atacadista de produtos de higiene pessoal
- m) Comércio atacadista especializado em outros produtos alimentícios não especificados anteriormente;
- n) comércio, sob consignação, de produtos farmacêuticos, hospitalares, odontológicos, máquinas e equipamentos médico-hospitalares.

Artigo 3º – O prazo de duração da Sociedade é indeterminado.

CAPÍTULO II DO CAPITAL E DAS AÇÕES

Artigo 4º – O capital social é R\$ 511.584.480,38 (quinhentos e onze milhões, quinhentos e oitenta e quatro mil, quatrocentos e oitenta reais e trinta e oito centavos), dividido em 253.235 (duzentas e cinquenta e três mil e duzentas e trinta e cinco) ações ordinárias e 23 (vinte e três) ações preferenciais.

Parágrafo Primeiro – As ações são nominativas.

Parágrafo Segundo – As ações, quando em correspondência por certificantes ou finde múltiplos, obedecendo as prescrições legais, sempre assumidos por 2 (dois) Diários.

Parágrafo Terceiro – No caso de aumento de capital social, terão preferência para subscrição do aumento as proprietárias das ações que possuíam no momento que remanem as quotas devidas em lei para aumento de ações.

Parágrafo Quarto – As ações preferenciais não têm direito a voto, não gozando de vantagem na distribuição de dividendos e de reembolso em caso de liquidação. A distribuição de dividendos será feita de acordo com deliberação da Assembleia Geral.

Parágrafo Quinto – A emissão de ações de qualquer natureza dependerá da prévia liquidação dos eventuais débitos do cedente para com a Sociedade, bem como comprovação de existência do patrimônio líquido total, as prestações exigidas, ou oferecer garantia em pagamento, a critério da Diretoria.

Parágrafo Sexto – Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral.

Parágrafo Sétimo – As ações são indivisíveis em relação à Sociedade.



DE
DPDIMEI BB

CAPÍTULO III DA ADMINISTRAÇÃO DA SOCIEDADE

Artigo 5º – A Sociedade será administrada por uma diretoria composta de, no mínimo 2 (dois) e no máximo 10 (dez) membros, acionistas ou não, residentes no País (“Diretoria”).

Parágrafo Primeiro – A Diretoria será composta por 1 (um) Diretor Presidente e demais Diretores Vice-Presidentes (“Diretores”).

Parágrafo Segundo – Os Diretores serão eleitos pela Assembleia Geral, para as respectivas pastas e termos mandatos de 1 (um) ano, podendo ser reeleitos uma ou mais vezes. A investidura no cargo e respectivas atribuições e designações serão feitas por meio do termo respectivo lavrado em livro próprio, permanecendo em seus cargos até a conclusão da seu sucessor ou a sua reeleição.

Parágrafo Terceiro – Os Diretores poderão honorários fixados em Assembleia Geral.

Artigo 6º – O Diretor é o órgão executivo da Sociedade com todos os poderes para gerir e administrar a Sociedade e possuir as atribuições que a lei e este Estatuto Social lhe conferem. Compilando este Estatuto Social, a Diretoria poderá praticar todos os atos relacionados com o objetivo do negócio. O Diretor representará a Sociedade ativa ou passivamente, em juízo ou fora dele.

Parágrafo Primeiro – A Sociedade será representada da seguinte forma:

- a) pelo Diretor Presidente, em conjunto com 1 (um) Diretor Vice-presidente;
- b) por 2 (dois) Diretores Vice-presidentes assinando em conjunto;
- c) por 1 (um) Diretor Vice-presidente assinando em conjunto com 1 (um) procurador, nos limites dos poderes que lhes forem outorgados pelo respectivo mandato;
- d) por 2 (dois) procuradores assinando em conjunto, nos limites dos poderes que lhes forem outorgados pelos respectivos mandatos;
- e) por procuradores assinando isoladamente, quando os atos praticados se referirem à representação “ad judicium”, ou assim determinarem os mandatos que lhes forem outorgados.

Parágrafo Segundo – As procurações outorgadas serão sempre assinadas, em conjunto, por 2 (dois) membros da Diretoria ou 1 (um) membro da Diretoria em conjunto com um procurador, ou ainda, 2 (dois) procuradores, conjuntamente, desde que seus mandatos lhes permitam outorgar procuração.

Parágrafo Terceiro – As procurações deverão especificar expressamente os poderes contidos e ter prazo de validade limitado a, no máximo, 12 (doze) meses, com exceção daquelas outorgadas com poderes “ad judicium”, para a representação da Sociedade em juízo ou administrativamente.



DE
DPDMEI
DE
BB

Parágrafo Quarto - A Sociedade poderá nomear Diretores não estatutários que terão poderes idênticos aos Diretores estatutários conferidos por este documento, mediante outorga de procuração específica que poderá ter prazo de até 24 (vinte e quatro) meses e possibilidade de substabelecimento.

Parágrafo Quinto - As procurações outorgadas não admitirão substabelecimento, à exceção de: (i) procurações outorgadas aos Diretores não estatutários; (ii) procurações com poderes "ad litem", para a representação da empresa em juízo ou administrativamente ou para fins de constituição societária; e (iii) procurações outorgadas pelos Diretores estatutários.

Artigo 7º - Para a regular representação da Sociedade nos atos abaixo será necessária a prévia aprovação em Assembleia Geral:

- a) aquisição e venda de bens imóveis;
- b) emissão e aceite de títulos de crédito, assim como a renúncia de crédito e a celebração de contratos com instituições financeiras nacionais e estrangeiras em nome da Sociedade, incluindo, mas não se limitando a contratos de câmbio em operação isolada ou em conjunto de operações, em valor superior a R\$ 70.000.000,00 (setenta milhões de reais);
- c) venda de ativos da Sociedade, incluindo venda de direitos creditórios, em operação isolada ou em conjunto de operações, em valor superior a R\$ 5.000.000,00 (cinco milhões de reais);
- d) concessão de avais e fianças em nome da Sociedade, assim como a concessão de crédito, ainda que na modalidade de venda de direitos creditórios negociados em nome de clientes da Sociedade, em operação isolada ou em conjunto de operações, em valor superior a R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais);
- e) celebração de contratos da Sociedade com sociedades nas quais haja participação direta ou indireta de diretores, empregados, contratados, prestadores de serviços, seus cônjuges e parentes até o terceiro grau no capital social;
- f) participação da Sociedade em outras sociedades, vendas e operações de tais participações;
- g) fusões, cisões, bem como criação de novas Sociedades;
- h) transações estranhas ao objeto social da Sociedade.

Parágrafo Primeiro - É dispensada a realização da Assembleia Geral para a aprovação de operações de câmbio referentes a renovação de empréstimos internacionais anteriormente contratados e cuja contratação original tiver sido aprovada em Assembleia Geral.

Parágrafo Segundo - Fica vedado aos Diretores o uso da denominação social para a prática de quaisquer atos de mero favor, inclusive a concessão de avais e fianças, atos de liberalidade e todos os demais atos estranhos aos fins sociais, exceto se em conformidade com a alínea "d" deste artigo.



05
DPDML
09
BB

Artigo 8º – Compete ao Diretor Presidente:

- a) convocar as Assembleias Gerais;
- b) instalar e presidir reuniões da Diretoria e as Assembleias Gerais;
- c) substituir todos os outros Diretores, no caso de impedimento ou ausência temporários.

Parágrafo Único – O Diretor Presidente, no caso de impedimento ou ausência temporários, será substituído por 2 (dois) Diretores Vice-presidentes, que deverão atuar conjuntamente. Em caso de vacância definitiva do cargo de Diretor Presidente, deverá ser convocada, no prazo de até 30 (trinta) dias seguintes à data do vacante, Assembleia Geral Extraordinária para eleição de substituto que cumprirá o mandato.

Artigo 9º – A Diretoria reunida é sempre que for convocada pelo Diretor-Presidente e no seu impedimento por qualquer dos membros da Diretoria, devendo as suas deliberações serem tomadas em sua favorável no voto próprio.

Parágrafo Único – Quando as deliberações recaírem sobre a proposta de remuneração a ser recebida pelo a Assembleia Geral, as reuniões deverão contar, sob pena de nulidade, com a presença do Diretor Presidente.

CAPÍTULO IV DA ASSEMBLEIA GERAL

Artigo 10º – As Assembleias Gerais Ordinárias serão convocadas na forma da lei, devendo se reunir ordinariamente, até 4 (quatro) vezes por ano, após o término do exercício social.

Artigo 11º – As Assembleias Gerais Extraordinárias serão convocadas sempre que os interesses da sociedade assim o exigirem e a qualquer momento, pelo Diretor Presidente ou no seu impedimento por qualquer membro da Diretoria.

Artigo 12º – As Assembleias Gerais serão abertas pelo Diretor Presidente que a presidirá. No seu impedimento, o Presidente será igualmente escolhido pelos acionistas presentes. Cabe ao Presidente da Assembleia Geral a nomeação do Secretário.

Artigo 13º – As deliberações das Assembleias Gerais, excetuados os casos expressos em lei, serão tomadas por maioria absoluta de votos, não computando os votos em branco.

CAPÍTULO V DO CONSELHO FISCAL

Artigo 14º – O Conselho Fiscal da Sociedade será composto por 3 (três) membros ordinários e suplentes em igual número, só será instalado quando decidido pela Assembleia Geral, conforme dispõe o artigo 161, §2º, da Lei nº 6.404/76 ("Conselho Fiscal").

Parágrafo Único – Quando instalado o Conselho Fiscal, a respectiva remuneração será fixada pela Assembleia Geral que o eleger.



DPDMEI BB

CAPÍTULO VI DO EXERCÍCIO SOCIAL, LUCROS E DIVIDENDOS

Artigo 15º – O exercício social iniciar-se-á em 1º de janeiro e terminará em 31 de dezembro de cada ano.

Artigo 16º – Ao término de cada exercício social, a Diretoria fará elaborar, com base na escrituração mercantil, as seguintes demonstrações financeiras, que deverão exprimir com clareza a situação patrimonial da Sociedade e as operações ocorridas no exercício:

- a) Balanço Patrimonial;
- b) Demonstração dos Lucros e Prejuízos Acumulados;
- c) Demonstração do Resultado do Exercício;
- d) Demonstração dos Fluxos de Caixa;

Artigo 17º – Após a forma das previsões determinadas pelo artigo 189 da Lei n.º 6.404/76, do lucro líquido verificado serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, até atingir o montante correspondente a 20% do capital social. O saldo ficará à disposição da Assembleia Geral, nos termos do § 3º do artigo 202, da Lei 6.404/76, sendo que o dividendo obrigatório é 1% (um por cento).

Parágrafo Único – Os dividendos não reclamados serão regulados pela legislação em vigor.

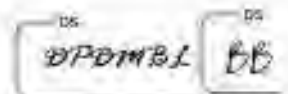
CAPÍTULO VII DA LIQUIDAÇÃO DA SOCIEDADE

Artigo 18º – A Sociedade entrará em liquidação nos casos previstos pela Lei.

Parágrafo Único – A Assembleia Geral estabelecerá o modo de liquidação, elegendo os liquidantes e o Conselho Fiscal, que funcionará em caráter permanente ou não.

CAPÍTULO VIII DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 19º – Os casos omissos neste Estatuto Social serão resolvidos na forma da legislação em vigor.



TERMO DE POSSE

Neste ato, o Senhor **BERT BENDER**, alemão, casado, economista, portador do passaporte nº C6ZICVN4T, expedido na Alemanha no dia 25/02/2015, inscrito no Registro Nacional de Estrangeiros (RNE) nº 14398115-0, expedido no dia 22/11/2017, e inscrito no CPP/ME sob o nº 001483707-14 com endereço comercial na Avenida Dr. Eugênio Borges, nº 1092, Maracanã, São Gonçalo/RJ, CEP: 24.751-400, declara que está inscrito em nenhuma empresa que o impeça de exercer atividades gerenciais ou em qualquer outro impedimento legal, e toma posse do respectivo cargo de Diretor Presidente dos Laboratórios B. Braun S/A, com sede social no Município de São Gonçalo, Ramo do Rio de Janeiro, na Avenida Dr. Eugênio Borges, nº 1092, com seus atos arquivados na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro, sob o NIRE: 333.0010687-1, inscrita no CPP/ME sob o nº 31.673.234/0001-92, para o qual foi eleito na Assembleia Geral Ordinária realizada no dia 28 de abril de 2023, com todos os poderes, direitos e obrigações a que lhes são atribuídos pelas leis e pelo Estatuto Social da Companhia.

São Gonçalo, 28 de abril de 2023.

Desisigned by

JUCA/EXCUTIVO
BERT BENDER

Certificado de Conclusão

Identificação do envelope: 48CE14D4A1184CD2B4EA478AFDA151332
Assunto: BR-2023-0166081 - Laboratório B Braun S.A. Shareholder e Ordinary General Meeting - 2023
Conta Corrente: BR-2023-0166081
Nome: BR-2023-0166081
CUM / LCM: BR-2023-0166081
Envelope fonte:
Documentar páginas: 11
Certificar páginas: 2
Assinatura guardada: Ativado
Seu com Envelopeid (ID do envelope): Ativado
Endereço: (UTC-03:00) Hora de Brasília (EUA e Canadá)

Status: Concluído
Remetente do envelope:
Priscila Santos
Avenida Doutor Eugênio Barges, 1092
São Gonçalo, RJ - 24751-000
priscila.santos@bblbraun.com
Endereço IP: 189.127.120.254

Rastreamento da registro

Status: Criado
27/04/2023 10:31:07
Proprietário: Priscila Santos
priscila.santos@bblbraun.com

Local: DocuSign

Eventos do signatário

Salma Lúcia
salma.lucia@bblbraun.com
Coordenadora Jurídica
Laboratório B. Braun S.A.
Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

Assinatura



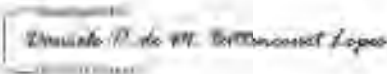
Adição de assinatura: Imagem de assinatura
Captura
Usando sistema IP: 84.215.22.90

Registro de hora e data

Enviado: 27/04/2023 10:30:56
Visualizado: 27/04/2023 10:31:07
Assinado: 27/04/2023 10:31:25

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Não disponível através do DocuSign

Salma L. de M. Bittencourt Lopes
salma.lucia@bblbraun.com
Local: E-Confirmação Ativa: Off
Laboratório B. Braun S.A.
Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)

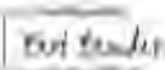


Adição de assinatura: Imagem pré-selecionada
Usando sistema IP: 84.215.22.100

Enviado: 27/04/2023 10:31:26
Visualizado: 27/04/2023 11:09:37
Assinado: 27/04/2023 11:09:14

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Não disponível através do DocuSign

Sara Bonato
sara.bonato@bblbraun.com
Gerente Suprimentos
Laboratório B. Braun S.A.
Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)



Adição de assinatura: Imagem pré-selecionada
Usando sistema IP: 177.174.247.150
Assinado com o uso do celular

Enviado: 27/04/2023 11:09:16
Visualizado: 27/04/2023 11:15:28
Assinado: 27/04/2023 11:15:50

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Não disponível através do DocuSign

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data
Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data
Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data
Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data
Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/cryptografado	27/04/2023 10:30:56
Entrega certificada	Segurança verificada	27/04/2023 11:15:28
Assinatura concluída	Segurança verificada	27/04/2023 11:16:50
Concluído	Segurança verificada	27/04/2023 11:16:50
Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora



Laboratórios B.S.A.									
CNPJ/MF nº 31.673.254/0001-02									
Relatório da Administração					31/12/2022. A administração representada por sua Diretoria encontra-se a disposição dos Srs. acionistas para fornecer quais quer esclarecimentos sobre o resultado obtido.				
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à aprovação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras do exercício social findo em									
Balanco patrimonial - Em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)									
Ativo	2022	2021	Passivo e patrimônio líquido	2022	2021	Demonstração dos fluxos de caixa - Em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
Circulante			Circulante			Fluxos de caixa das atividades operacionais	2022	2021	
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	18.942	12.568	Fornecedores (Nota 16)	32.727	40.048	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	20.137	109.687	
Contas a receber (Nota 8)	253.435	235.288	Passivo de arrendamento (Nota 17)	4.044	1.611	Ajustes			
Estoques (Nota 9)	223.593	235.199	Fornecedores exterior – coligadas (Nota 16)	77.497	88.868	Depreciação e amortização (Notas 13 e 14)	61.877	57.973	
Tributos a recuperar (Nota 10)	63.189	81.568	Empréstimos e mútuos (Nota 18)	170.181	217.327	Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos	13.288	8.811	
Outros ativos	21.163	14.521	Salários e encargos sociais	41.603	40.963	Baixa de imobilizado (Nota 13)	3.594	332	
	580.322	579.144	Tributos a pagar (Nota 19.1)	30.761	834	Constituição (Reversão) de provisões	3.390	7.287	
Não circulante			Imposto de renda e contrib. social a recolher (Nota 15.3)	4.128	26.969	Baixa de Contas a Receber	2.042	173	
Realizável ao longo prazo			Outros passivos	22.620	24.451	Contingências e depósitos judiciais	(741)	5.853	
Contas a receber (Nota 8)	11.170	-		383.561	441.071	Reversão de provisão (exercício anterior) IR/CS (Nota 15.3)	(13.072)	5.918	
Tributos a recuperar (Nota 10)	65.170	64.990	Não circulante				90.516	196.037	
Depósitos Judiciais (Nota 19)	25.770	7.804	Exigível ao longo prazo			Variações nos ativos e passivos			
	102.110	72.794	Passivo de arrendamento (Nota 17)	2.922	1.478	Tributos e parcelamentos a pagar	29.927	161	
Investimentos (Nota 12)	1.020	1.020	Empréstimos e mútuos (Nota 18)	72.540	-	Tributos a recuperar	18.200	(71.480)	
Imobilizado (Nota 13)	448.020	439.456	Provisões para contingências (Nota 19.1)	7.557	8.298	Estoques	7.050	(96.522)	
Intangível (Nota 14)	202	411	Imposto de renda diferido (Nota 15.1)	13.628	18.177	Salários e encargos sociais	638	8.333	
	551.352	440.887		96.647	27.953	Provisão diversas	(4.244)	(14.477)	
Total do ativo	1.131.674	1.092.825	Total passivo	480.208	469.024	Despesas Antecipadas	(6.642)	15.965	
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)						Depósitos Judiciais	(17.966)	(3.538)	
Reservas de lucros						Fornecedores	(20.510)	65.220	
						Contas a receber	(34.177)	(49.421)	
						Caixa gerado nas operações	62.792	50.008	
						Juros recebidos	4.578	1.932	
						Juros e variação cambial pagos	(2.633)	(2.372)	
						Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.725)	(17.847)	
						Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	60.012	31.721	
						Fluxos de caixa das atividades de investimento			
						Aquisições de bens dos ativos imobilizado e intangível (Notas 13 e 14)	(73.823)	(80.576)	
						Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(73.823)	(80.576)	
						Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
						Captação de empréstimos	69.547	68.751	
						Amortização de empréstimos	(49.362)	(22.179)	
						Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	20.185	46.572	
						Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	6.374	(2.289)	
						Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	12.568	14.857	
						Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	18.942	12.568	
						Demonstração do resultado abrangente - Em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)			
						Lucro líquido do exercício	29.731	75.049	
						Outros componentes do resultado abrangente			
						Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado			
						Hedge de fluxos de caixa (Nota 20.5)	(2.066)	(12.620)	
						Total do resultado abrangente do exercício	27.665	62.429	
						Aviso: As Demonstrações Financeiras completas auditadas, incluindo o respectivo relatório do auditor independente e Relatório da Administração está disponível no seguinte endereço eletrônico:			
						https://diariocomercial.com.br/publicidade-legal			



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/D879-CE0B-72E8-AEC4> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: D879-CE0B-72E8-AEC4



Hash do Documento

6EE264BE4E48F7B323E76ECA3141CE1D0DDB65586C3377254A28BAD70C1B6C1E

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 25/04/2023 é(são) :

☒ Marcos Nogueira Da Luz (Administrador) - 086.729.427-28 em
25/04/2023 20:58 UTC-03:00
Tipo: Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA -
33.270.067/0001-03



Rio de Janeiro

Laboratórios B.Braun S.A.

CNPJ/MF nº 31.673.254/0001-02

Relatório da Administração
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à aprovação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras do exercício social findo em

Balanco patrimonial - Em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)		
	2022	2021
Ativo		
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)	18.942	12.568
Contas a receber (Nota 8)	253.435	235.288
Estoque (Nota 9)	223.593	235.199
Tributos a recuperar (Nota 10)	63.189	81.568
Outros ativos	21.163	14.521
	<u>580.322</u>	<u>579.144</u>

Não circulante		
Realizável ao longo prazo		
Contas a receber (Nota 8)	11.170	-
Tributos a recuperar (Nota 10)	65.170	64.990
Depósitos Judiciais (Nota 19)	25.770	7.804
	<u>102.110</u>	<u>72.794</u>
Investimentos (Nota 12)	1.020	1.020
Imobilizado (Nota 13)	448.020	439.456
Intangível (Nota 14)	202	411
	<u>551.352</u>	<u>440.887</u>
Total do ativo	1.131.674	1.092.825

Demonstração do resultado - Em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021
Receita de vendas (Nota 21)	1.017.115	936.086
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(663.169)	(605.430)
Lucro bruto	353.946	330.656
Despesas com vendas (Nota 22)	(244.307)	(219.439)
Despesas gerais e administrativas (Nota 22)	(48.316)	(43.789)
Outras receitas líquidas (Nota 23)	15.905	43.967
Lucro operacional	77.228	111.395
Receitas financeiras (Nota 24)	60.075	48.382
Despesas financeiras (Nota 24)	(117.166)	(50.090)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	20.137	109.687
Imposto de renda e contribuição social (Nota 15.3)	-	-
Correntes	5.044	(26.087)
Diferidos	4.550	(8.552)
Lucro líquido do exercício	29.731	75.049
Ações em circulação no final do exercício	<u>253.258</u>	<u>253.258</u>
Lucro básico por ação atribuível aos acionistas da Companhia durante o exercício (expresso em R\$)	117,40	296,33

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)						
	Ajustes de avaliação	Reserva legal	Reserva de lucros para expansão	Reserva de incentivos fiscais	Lucros acumulados	Total
Em 31 de dezembro de 2020	511.584	9.868	8.230	810	30.880	561.373
Resultados abrangentes – hedges de fluxo de caixa (Nota 20.5)	-	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	75.048	75.048
Reserva de retenção de lucro (Nota 20.4)	-	-	3.752	35.145	-	-
Reserva de subvenção de investimento – ICMS (Nota 20.4)	-	-	-	-	36.152	36.152
Em 31 de dezembro de 2021	511.584	(2.752)	11.982	35.955	67.032	623.801
Resultados abrangentes – hedges de fluxo de caixa (Nota 20.5)	-	(2.066)	-	-	-	(2.066)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	29.731	29.731
Reserva de retenção de lucro (Nota 20.4)	-	-	1.486	-	-	(1.486)
Reserva de subvenção de investimento – ICMS (Nota 20.4)	-	-	-	-	28.245	28.245
Em 31 de dezembro de 2022	511.584	(4.818)	13.468	35.955	95.277	651.466

Notas explicativas da administração às demonstrações Financeiras em 31 de dezembro de 2022 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma.)

1.1 Informações gerais. 1.1 Contexto operacional. Os Laboratórios B.Braun S.A. (a “Companhia”) são uma sociedade anônima com sede em São Gonçalo, Rio de Janeiro, que tem por finalidade e objetivo a exploração industrial e comercial de produtos farmacêuticos, hospitalares, suplementos nutritivos - dietas enterais, saneantes e domissanitários, artefatos plásticos, bem como a prestação de serviços de assistência técnica, consultoria administrativa de bens, podendo para tanto, lutar máquinas e equipamentos médico-hospitalares, conceder franquias, ministrar treinamento e aperfeiçoamento de pessoal, podendo ainda, realizar quaisquer outras atividades acessórias, congêneres ou correlatas que forem de seu interesse, inclusive importação e exportação. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 24 de abril de 2023.

1.2 Base de preparação. As demonstrações financeiras foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras e, somente as, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão apresentadas na Nota 2. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, que, no caso de outros ativos e passivos financeiros (inclusive instrumentos derivativos) é ajustado para refletir a mensuração ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das suas políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.

1.3 Efeitos da pandemia provocada pela COVID-19. Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou a COVID-19 como uma pandemia. As autoridades governamentais de diversos países, incluindo o Brasil, impuseram restrições de contenção do vírus. A Companhia instituiu Comitê e definiu plano de gestão da pandemia, com medidas preventivas e de mitigação dos seus efeitos, em linha com as diretrizes estabelecidas pelas autoridades de saúde nacionais e internacionais. A Companhia, ainda que enquadrada nas atividades essenciais, sendo necessária a continuidade das operações para atendimento dos suprimentos de produtos médico-hospitalares, adotou para sua área Administrativa a adoção do regime flexível de home office, e entre maio e junho de 2020 a redução da jornada de trabalho de 42 horas semanais para 31,5 horas semanais com respectiva redução de salários proporcional, conforme previsto na MP 936/2020 e, para parte do setor produtivo, suspensão de contrato de trabalho, sem prejuízo dos compromissos de entrega de produção contratuais. Neste cenário, durante os exercícios de 2021 e 2022 a Companhia, por meio de seu Comitê de Crise, vem monitorando os efeitos nos seus negócios e na avaliação das principais estimativas e julgamentos contábeis críticos, bem como em outros saldos com potencial de gerar incertezas e impactos nas demonstrações financeiras. Quanto aos cuidados com seus colaboradores, o Comitê de Crise, sempre pautado pelas orientações das Secretarias de Saúde dos Estados em que possui sua planta fabril e suas filiais, incentivou e acompanhou as campanhas de vacinação, em todos os seus ciclos, chegando ao percentual de 100% de seus colaboradores imunizados com 3 doses, ao fim do exercício de 2022. Assim, e acompanhando as evoluções das regras de distanciamento social, foi possível um retorno gradual de um cenário de home-office para o presencial em sistema de rodízio de forma segura e controlada.

1.4 Meio ambiente, sustentabilidade e gestão de riscos climáticos. Os Laboratórios B. Braun reconhecem a importância da implementação de iniciativas de sustentabilidade e avaliam constantemente os riscos relacionados ao meio ambiente que possam vir a impactar a sociedade, e em particular, em suas operações e negócios. Dessa forma, a Companhia assume o compromisso em atender aos requisitos legais e demais requisitos aplicáveis às suas atividades e serviços. Toda legislação aplicável é identificada, analisada e atendida, assim como normas técnicas e procedimentos internos da Companhia, visando manter a conformidade legal em suas operações. Com um sistema de levantamento, controle e acompanhamento de requisitos legais, a Administração gerencia e analisa o levantamento dos aspectos, impactos, perigos e riscos associados às atividades realizadas pelos Laboratórios B. Braun. Esse levantamento é revisado sempre que identificado uma nova condicional. A administração avaliou todas as informações e afirma não ter impacto nas demonstrações financeiras.

1.5 Situação do conflito entre Ucrânia e Rússia. Os Laboratórios B. Braun têm acompanhado os desdobramentos do conflito entre a Ucrânia e a Rússia e entendem que, considerando que não possuem quaisquer tipos de relacionamentos diretos com clientes ou fornecedores desses países, os principais impactos econômicos estão relacionados com a alta de preços de commodities, em especial aquelas relacionadas a gás natural e petróleo, em função das altas nos preços de combustíveis no Brasil. Em consequência das tensões causadas pelo conflito, a administração está acompanhando os impactos nos custos causados pela alta no preço do diesel, que apesar dos repasses de preços aos clientes, levaram a um aumento nos custos com agregados e terceiros e nos custos de combustível e lubrificantes.

2. Resumo das principais políticas contábeis. As seguintes alterações de normas foram adotadas pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2022:

- **Alteração ao IAS 16/CPC 27 “Ativo Imobilizado”:** a alteração proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício.
- **Alteração ao IAS 37/CPC25 “Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes”:** esclarece que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele.
- **Alteração ao IFRS 3/CPC 15 “Combinação de Negócios”:** substitui as referências da versão antiga da estrutura conceitual pela mais recente emitida em 2018.
- **Aprioramentos anuais - ciclo 2018-2020:** (i) IFRS 9/CPC 48 - “Instrumentos Financeiros” - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para análise de baixa de passivos financeiros.
- (ii) IFRS 16/CPC 06 - “Arrendamentos” - alteração a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
- (iii) IFRS 1/CPC 37 “Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros” - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
- (iv) IAS 41/CPC 29 - “Ativos Biológicos” - remoção da exigência de excluir das estimativas de fluxos de caixa os tributos (IR/CS) ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS. As alterações mencionadas acima não tiveram impactos materiais para os Laboratórios B. Braun. As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados.

2.1 Caixa e equivalentes de caixa. Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses, ou menos e com risco insignificante de mudança de valor.

2.2 Ativos financeiros. (a) Classificação. A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- Mensurados ao custo amortizado. A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.

31/12/2022. A administração representada por sua Diretoria encontra-se a disposição dos Srs. acionistas para fornecer quais quer esclarecimentos sobre o resultado obtido.

Passivo e patrimônio líquido		
	2022	2021
Circulante		
Fornecedores (Nota 16)	32.727	40.048
Passivo de arrendamento (Nota 17)	4.044	1.611
Fornecedores exterior – coligadas (Nota 16)	77.497	88.868
Empréstimos e mútuos (Nota 18)	170.181	217.327
Salários e encargos sociais	41.603	40.963
Tributos a pagar (Nota 19.1)	30.761	834
Imposto de renda e contrib. social a recolher (Nota 15.3)	4.128	26.969
Outros passivos	22.620	24.451
	<u>383.561</u>	<u>441.071</u>

Não circulante		
Exigível ao longo prazo		
Passivo de arrendamento (Nota 17)	2.922	1.478
Empréstimos e mútuos (Nota 18)	72.540	-
Provisões para contingências (Nota 19.1)	7.557	8.298
Imposto de renda diferido (Nota 15.1)	13.628	18.177
	<u>96.647</u>	<u>27.953</u>
Total passivo	480.208	469.024

Patrimônio líquido (Nota 20)		
Capital social	511.584	511.584
Ajustes de avaliação patrimonial	(4.818)	(2.753)
Reservas de lucros	144.700	114.970
	<u>651.466</u>	<u>623.801</u>
Total do passivo e patrimônio líquido	1.131.674	1.092.825

Demonstração do resultado abrangente - Em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021
Lucro líquido do exercício	29.731	75.049
Outros componentes do resultado abrangente		
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado	-	-
Hedge de fluxos de caixa (Nota 20.5)	(2.066)	(12.620)
Total do resultado abrangente do exercício	27.665	62.429

Bert Bender
Diretor Presidente
Daniele Pimenta de Mello Bittencourt Lopes
Vice-Presidente Executiva Jurídica e de Assuntos Corporativos
Vanessa Rocha Pereira - Contadora - CRC-RJ 096384 / O-9

Demonstração dos fluxos de caixa - Em 31 de dezembro (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	2022	2021
Fluxos de caixa das atividades operacionais	20.137	109.687
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	20.137	109.687
Ajustes		
Depreciação e amortização (Notas 13 e 14)	61.877	57.973
Juros, variações monetárias e cambiais sobre empréstimos	13.288	8.814
Baixa de imobilizado (Nota 13)	3.594	332
Constituição (Reversão) de provisões	3.390	7.287
Baixa de Contas a Receber	2.042	173
Contingências e depósitos judiciais	(741)	5.853
Reversão de provisão (exercício anterior) IR/CS (Nota 15.3)	(13.072)	5.918
	<u>90.516</u>	<u>196.037</u>

Variações nos ativos e passivos		
Tributos e parcelamentos a pagar	29.927	161
Tributos a recuperar	18.200	(71.480)
Estoques	7.050	(96.522)
Salários e encargos sociais	638	8.333
Provisão diversas	(4.244)	(14.477)
Despesas Antecipadas	(6.642)	15.965
Depósitos Judiciais	(17.966)	(3.538)
Fornecedores	(20.510)	65.220
Contas a receber	(34.177)	(49.421)
Caixa gerado nas operações	62.792	50.008
Juros recebidos	4.578	1.932
Juros e variação cambial pagos	(2.633)	(2.372)
Imposto de renda e contribuição social pagos	(4.728)	(17.847)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	60.012	31.721

Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Aquisições de bens dos ativos imobilizado e intangível (Notas 13 e 14)	(73.823)	(80.576)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento	(73.823)	(80.576)

Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos	69.547	68.751
Amortização de empréstimos	(49.362)	(22.179)
Caixa líquido gerados pelas atividades de financiamento	20.185	46.572

Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa, líquidos	6.374	(2.289)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	12.568	14.857
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	18.942	12.568

2.8 Conversão em moeda estrangeira. (a) Moeda funcional e moeda de apresentação. Os itens incluídos nas demonstrações financeiras da Companhia são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua (a “moeda funcional”). As demonstrações financeiras estão apresentadas em R\$, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação. **(b) Transações e saldos.** As transações em moeda estrangeira são convertidas para reais usando-se as taxas de câmbio em vigor nas datas das transações. Os saldos das contas de balanço são convertidos pela taxa cambial da data do balanço. Ganhos e perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão de ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconhecidos na demonstração do resultado. **2.9 Ativos intangíveis. (i) Pesquisa e desenvolvimento.** Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas quando incorridos. Os gastos incorridos no desenvolvimento de projetos (relacionados à fase de projeto e testes de produtos novos ou aperfeiçoados) são reconhecidos como ativos intangíveis quando for provável que os projetos serão bem-sucedidos, considerando-se sua viabilidade comercial e tecnológica, e somente se o custo puder ser medido de modo confiável. Outros gastos de desenvolvimento são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos de desenvolvimento capitalizados são amortizados desde o início da produção comercial do produto, pelo método linear e ao longo do período do benefício esperado. **(ii) Programas de computador (softwares).** Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada, pelas taxas descritas na Nota 14. Os gastos associados ao desenvolvimento ou à manutenção de softwares são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a softwares identificáveis e únicos, controlados pela Companhia e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis. Os gastos diretos incluem a remuneração dos funcionários da equipe de desenvolvimento de softwares e a parte adequada das despesas gerais relacionadas. Os gastos com o desenvolvimento de softwares reconhecidos como ativos são amortizados usando-se o método linear ao longo de suas vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 14. **(iii) Outros ativos intangíveis.** Os custos com a aquisição de patentes e marcas comerciais são capitalizados e amortizados usando-se o método linear ao longo das vidas úteis, pelas taxas demonstradas na Nota 14. Os ativos intangíveis não são reavaliados. **2.10 Imobilizado.** Terrenos e edificações compreendem, principalmente, fábricas, pontos de varejo e escritórios. O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificadores. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. Os terrenos não são depreciados. A depreciação de outros ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	Anos
Edificações	25-50
Máquinas	10-15
Equipamentos para comodato	7-8
Veículos	3-6
Móveis, utensílios e equipamentos	3-15

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.11). Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o valor contábil e são reconhecidos em “Outras receitas” na demonstração do resultado. Conforme previsto no CPC 27, a Companhia efetuou a análise com objetivo de revisar e ajustar a vida útil econômica estimada para o cálculo da depreciação, bem como para determinar o valor residual dos itens do imobilizado. **2.11 Impairment de ativos não financeiros.** Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, que tenham sofrido *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data de apresentação do relatório. Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, não foram identificadas pela administração evidências objetivas que pudessem justificar o registro de perdas de *impairment* para ativos não financeiros. **2.12 Contas a pagar aos fornecedores.** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. **2.13 Provisões.** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita. A Companhia reconhece provisão para contratos onerosos quando os benefícios que se espera auferir de um contrato forem menores do que os custos inevitáveis para satisfazer as obrigações assumidas por meio do contrato. **2.14 Empréstimos.** Os empréstimos tomados são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos tomados são apresentados pelo custo amortizado, isto é, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“pró taxa temporais”). **2.15 Reconhecimento de receita.** A receita compreende o valor presente pela venda de mercadorias e serviços. As receitas pela venda de mercadorias são reconhecidas quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos para o cliente, desde que não haja nenhuma obrigação não satisfetida que possa afetar a aceitação dos produtos pelo cliente. A entrega ocorre quando os produtos são enviados para o local especificado, os riscos de perda são transferidos para o cliente, o cliente aceita os produtos, de acordo com o contrato de venda, e as disposições de aceite tenham prescritos ou a Companhia tem evidências objetivas de que todos os critérios de aceite das mercadorias foram atendidos. Um recebível é reconhecido quando os produtos são entregues, uma vez que é nessa ocasião que a contraprestação se torna incondicional, porque apenas a passagem do tempo é necessária antes de o pagamento ser efetuado. A receita pela prestação de serviços é reconhecida no período contábil durante o qual os serviços são prestados. **2.16 Arrendamentos.** A Companhia arrenda certos bens do imobilizado. Os arrendamentos do imobilizado, nos quais a Companhia detém, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade, são classificados como arrendamentos financeiros. Estes são capitalizados no início do arrendamento pelo menor valor entre o valor justo do bem arrendado e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento. Cada parcela paga do arrendamento é alocada, parte ao passivo e parte aos encargos financeiros, para que, dessa forma, seja obtida uma taxa constante sobre o saldo da dívida em aberto. As obrigações correspondentes, líquidas dos encargos financeiros, são incluídas em outros passivos a longo prazo. Os juros das despesas financeiras são reconhecidos na demonstração do resultado durante o período do arrendamento, para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Ao determinar o prazo do arrendamento, a Companhia considera todos os fatos e circunstâncias que criam um incentivo econômico para o exercício de uma opção de prorrogação ou para o não exercício da opção de rescisão. As opções de prorrogação (ou períodos após as opções de rescisão) são incluídas no prazo do arrendamento somente quando há certeza razoável de que o arrendamento será prorrogado (ou que não será rescindido), principalmente nos arrendamentos de imóveis. A maioria das opções de prorrogação em arrendamentos de hardware e veículos não foi incluída no passivo de arrendamento porque a Companhia pode substituir estes ativos sem custo significativo ou interrupção nos negócios. **2.17 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio.** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base no seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral Ordinária. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. Cabe

Laboratórios B.Braun S.A.

CNPJ/MF nº 31.673.254/0001-02

menção que em 2022 não houve distribuição de juros sobre capital próprio. **3. Estimativas e julgamentos contábeis críticos.** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas.** Com base em premissas, a Companhia faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. **3.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas contábeis. (a) Perda (impairment) de ativos financeiros.** As provisões para perdas com ativos financeiros são baseadas em premissas sobre o risco de inadimplência e nas taxas de perdas esperadas. A Companhia aplica julgamento para estabelecer essas premissas e para selecionar os dados para o cálculo do *impairment*, com base no histórico da Companhia, nas condições existentes de mercado e nas estimativas futuras ao final de cada exercício. Detalhes sobre as principais premissas e dados utilizados são divulgados na Nota 4.1 (a). **(b) Benefícios fiscais de ICMS.** A Companhia tem incentivos fiscais de ICMS concedidos pelo governo estadual de Pernambuco (2022 e 2021), referentes a suas movimentações de transferência e venda de seus produtos finais neste Centro de Distribuição. Além disso, possui reserva de subvenção de investimento sobre o lucro demonstrada na nota 19.4 em Lucros Acumulados e na Nota 22 como Outras Receitas Operacionais. **(c) Vida útil dos ativos imobilizado e intangível.** A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível, baseado em laudo elaborado por especialista independente, considera a melhor estimativa sobre a utilização destes ativos ao longo de suas operações. Periodicamente a Administração avalia se mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor que podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil (notas 13 e 14). **(d) Provisão para contingências.** A administração da Companhia, com base na opinião de seus consultores jurídicos, estabelece o valor da provisão para contingências, a qual reflete os montantes das prováveis saídas de recursos para liquidação das obrigações decorrentes de ações judiciais de natureza cíveis, trabalhistas e tributárias (Nota 19). **(e) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros.** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. A Companhia utilizou a análise do fluxo de caixa descontado para cálculo de valor justo de diversos ativos financeiros disponíveis para venda, ativos estes não negociados em mercados ativos (Notas 5 e 20.5).

4 Gestão de risco financeiro. 4.1 Fatores de risco financeiro. As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco cambial e risco de taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco global da Companhia concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos

31 de dezembro 2022	Vencidos em 30 dias	Vencidos entre 31-60 dias	Vencidos 61-90 dias	Vencidos 91-180 dias	Vencidos > 180 dias	Total
Contas a receber total	186.955	29.298	7.944	5.649	4.799	263.270
(-) Provisão para perdas (específica) - ajuizados (a)	-	-	-	-	-	8.987
(=) Contas a receber exposta a estimativa de perda - base média histórica sobre vendas líquidas pelas regras anteriores.	186.955	29.298	7.944	5.649	4.799	254.282
% de Estimativa de perda calculada (média histórica de perdas últimos três exercícios fiscais sobre vendas líquidas).	0,0085%	0,0404%	0,0573%	0,0699%	0,0797%	0,362%
Aplicação da estimativa sobre Contas a Receber Líquida de provisão específica (b)	-	-	-	-	-	919
Provisão de perda total (a) + (b)	-	-	-	-	-	9.906
31 de dezembro 2021	Vencidos em 30 dias	Vencidos entre 31-60 dias	Vencidos 61-90 dias	Vencidos 91-180 dias	Vencidos > 180 dias	Total
Contas a receber total	180.358	13.388	4.864	1.835	7.027	236.732
(-) Provisão para perdas (específica) - ajuizados (a)	-	-	-	-	-	10.648
(=) Contas a receber exposta a estimativa de perda - base média histórica sobre vendas líquidas.	180.358	13.388	4.864	1.835	7.027	226.084
% de Estimativa de perda calculada (média histórica de perdas últimos três exercícios fiscais sobre vendas líquidas)	0,0047%	0,0210%	0,0298%	0,0356%	0,0405%	0,188%
Aplicação da estimativa sobre Contas a Receber Líquida de provisão específica (b)	-	-	-	-	-	424
Provisão de perda total (a)+(b)	-	-	-	-	-	11.072
A movimentação da provisão para perdas é demonstrada a seguir:						
Contas a receber de clientes	(8.497)	-	-	-	-	-
Saldo em 1º de janeiro de 2021	(2.748)	-	-	-	-	-
(+) Adições / Reversões	173	-	-	-	-	-
(-) Baixa Contas a Receber	(11.072)	-	-	-	-	-
Saldo em 1º de janeiro de 2022	(876)	-	-	-	-	-
(+) Adições / Reversões	2.042	-	-	-	-	-
(-) Baixa Contas a Receber	(9.906)	-	-	-	-	-

As contas a receber de clientes são baixadas quando não há expectativa razoável de recuperação. Os indícios de que não há expectativa razoável de recuperação incluem, entre outros: incapacidade do devedor de participar de um plano de renegociação de sua dívida com a Companhia ou de realizar pagamentos contratuais de dívidas vencidas há mais de 180 dias, respaldado no parecer dos escritórios terceirizados para cobrança administrativa e ajuizamento. As perdas por *impairment* em contas a receber de clientes e ativos de contratos são apresentadas como perdas por *impairment* líquidas, no lucro operacional. Recuperações subsequentes de valores previamente baixados são creditadas na mesma conta. **Política contábil anterior para *impairment* de contas a receber de clientes.** As contas a receber individuais incorríveis foram baixadas por meio da redução direta do valor contábil. As demais contas a receber foram avaliadas de forma coletiva a fim de determinar se havia evidências objetivas de deterioração (*impairment*) incorrida, mas que não fora identificada ainda. Para esses recebíveis, as perdas por *impairment* estimadas foram reconhecidas em uma provisão para *impairment* separada. A Companhia considerou que havia evidência de *impairment* se algum dos indicadores a seguir fosse identificado: • dificuldades financeiras significativas do devedor; • probabilidade de o devedor declarar falência ou passar por uma reorganização financeira; e • inadimplência ou atraso em pagamentos (superior a 90 e 180 dias de atraso). Os recebíveis para os quais uma provisão para *impairment* foi reconhecida foram baixados em relação à provisão nos casos em que não havia mais expectativa de recuperação adicional de caixa. **(b) Risco de liquidez.** É o risco de a Companhia não dispor de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos. Para administrar a liquidez do caixa em moeda nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria. A tabela a seguir analisa os passivos financeiros não derivativos da Companhia e os passivos financeiros derivativos que são liquidados em uma base líquida pela Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa.

Menos de um ano	Maior que um ano
Em 31 de dezembro de 2022	
Empréstimos e mútuos	168.948 73.773
Fornecedores e outras obrigações	114.268 2.922
Instrumento Derivativo de hedge	12.729
Em 31 de dezembro de 2021	
Empréstimos e mútuos	217.327
Fornecedores e outras obrigações	130.527 1.478
Instrumento Derivativo de hedge	7.404

(c) Risco de câmbio. O risco associado decorre da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas por causa de flutuações nas taxas de câmbio, que reduzam valores nominais faturados ou aumentem valores captados no mercado. A política de gestão de risco financeiro da Companhia é de contratar proteção para exposição cambial derivada em duas estratégias: • *Fair value Hedge* – Cobre 100% da exposição em moeda estrangeira superior a 40 mil Euros, quer seja pela exposição líquida de contas a receber e contas a pagar (vencimento médios em 60 dias), quer seja por empréstimos em moeda estrangeira, em Euros (contratos com vencimento entre 181 a 360 dias); • *Cash Flow Hedge* - Trimestralmente, a Companhia apura o volume de pagamento e recebimentos, relativos a suas operações de importação e exportação de mercadorias, para avaliação de média de exposição por moeda. Dada a média apurada, a Companhia avalia em conjunto com perspectivas macroeconômicas e políticas do Brasil, bem como os custos médios de prêmios de hedge e submete a aprovação de volume de *Cash Flow Hedge* (vencimentos entre 61 e 360 dias). Para cobertura entre 40% à 60% da média apurada de exposição cambial, para cobertura de operações de mercadorias futuras que afetem o custo geral de vendas. Em 31 de dezembro de 2022 e de 2021, a Companhia possuía ativos e passivos denominados em moeda estrangeira nos montantes descritos a seguir, bem como de operações de proteção através de compra futura de moeda estrangeira (NDF). A exposição líquida da Companhia é detalhada a seguir:

	31 de dezembro de 2022	31 de dezembro de 2021
	Moeda estrangeira	Moeda estrangeira
	Reais	Reais
Ativo		
Contas a receber em EUR	1.933 10.768	1.516 9.582
Bank account: BNP Frankfurt em EUR	48 265	328 2.076
Contas a receber em US\$	34 175	81 449
	11.208	12.107
Passivo		
Fornecedores em GBP	(82) (514)	(39) (290)
Fornecedores em US\$	(210) (1.098)	(428) (2.391)
Fornecedores em EUR	(14.145) (78.780)	(14.909) (94.241)
Empréstimos em EUR	(43.581) (242.721)	(34.367) (217.231)
	(323.113)	(314.153)
Contrato de proteção (NDF) em EUR (National)	55.322 308.108	42.353 267.716
Contrato de proteção (NDF) em US\$	-	-
	308.108	267.716
Exposição líquida	(3.796)	(34.330)

4.2 Gestão de capital. Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco. A gestão de risco é realizada pela tesouraria, segundo as políticas aprovadas pelo Grupo. O Grupo estabelece princípios, por escrito, para a gestão de risco global, bem como para áreas específicas, como risco cambial, risco de taxa de juros, risco de crédito, uso de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos e investimento de excedentes de caixa. **(a) Risco de crédito.** O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, fluxos de caixa contratuais decorrentes de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio do resultado e ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, instrumentos financeiros derivativos favoráveis, depósitos em bancos, bem como de exposições de crédito a clientes, incluindo contas a receber em aberto. O risco de crédito é administrado corporativamente. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentemente classificadas com rating mínimo "A" na escala de Standard and Poor's. Para os clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Para os instrumentos financeiros derivativos, a administração estabeleceu limite máximo de 10% do valor justo dos contratos em aberto para cada contraparte individual. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado. **Impairment de ativos financeiros.** Os seguintes ativos financeiros mantidos pela Companhia estão sujeitos ao modelo de perdas de crédito esperadas: • Contas a receber de clientes por vendas de produtos e decorrentes de provisão de serviços; • Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado; e • Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Embora o caixa e equivalentes de caixa também estejam sujeitos às exigências de *impairment* do CPC 48, não foi identificada perda por *impairment* nesses ativos. **Contas a receber de clientes.** A Companhia aplica a abordagem simplificada do CPC 48 para a mensuração de perdas de crédito esperadas considerando uma provisão para perdas esperadas ao longo da vida útil para todas as contas a receber de clientes. Para mensurar as perdas de crédito esperadas, o contas a receber de clientes foram agrupados com base nas características compartilhadas de risco de crédito e nos dias de atraso. Foram tomadas as bases de contas a receber efetivamente baixados em relação ao resultado de vendas do ano, para um período retroativo há três anos e aplicado, em uma base de inferência estatística a distribuição percentual em cada faixa de atraso da probabilidade de créditos que venham a incorrer em perda efetiva à média histórica apurada, excetuando os saldos de contas a receber em ajuizamento com alta probabilidade de perda (provisão específica). As taxas de perdas históricas são ajustadas a fim de refletir informações atuais e prospectivas sobre fatores macroeconômicos que afetam a capacidade dos clientes de liquidarem os recebíveis.

Feito da perda esperada sobre o Contas a Receber

Vencidos em 30 dias	Vencidos entre 31-60 dias	Vencidos 61-90 dias	Vencidos 91-180 dias	Vencidos > 180 dias	Total
29.298	7.944	5.649	4.799	28.625	263.270
				8.987	8.987
29.298	7.944	5.649	4.799	19.638	254.282
404%	0,0573%	0,0699%	0,0797%	0,1057%	0,362%
-	-	-	-	-	919
-	-	-	-	-	9.906
Vencidos em 30 dias	Vencidos entre 31-60 dias	Vencidos 61-90 dias	Vencidos 91-180 dias	Vencidos > 180 dias	Total
3.388	4.864	1.835	7.027	29.260	236.732
-	-	-	-	10.648	10.648
3.388	4.864	1.835	7.027	18.612	226.084
210%	0,0298%	0,0356%	0,0405%	0,0559%	0,188%
-	-	-	-	-	424
-	-	-	-	-	11.072
A Companhia monitora o capital com base no nível de seu endividamento, bem como nos compromissos previstos nos contratos de empréstimos assinados.					
				2022	2021
Total dos empréstimos (Nota 18)				242.721	217.327
Menos: caixa e equivalentes de caixa (Nota 7)				(18.942)	(12.568)
Dívida líquida				223.779	204.759
Total do patrimônio líquido				651.466	623.801
Total do capital				875.245	828.560
Índice de alavancagem financeira - %				26	25

4.3 Mensuração de valor justo. Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, estejam próximos de seus valores justos. A tabela abaixo classifica os ativos e passivos contabilizados ao valor justo de acordo com o método de avaliação. Os diferentes níveis foram definidos como segue: • Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. • Nível 2 - informações, além dos preços cotados incluídos no nível 1, que são observáveis pelo mercado para o ativo ou passivo, seja diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, derivados dos preços). • Nível 3 - informações para os ativos ou passivos que não são baseadas em dados observáveis pelo mercado (ou seja, premissas não observáveis). As técnicas de avaliação específicas utilizadas para avaliar os instrumentos financeiros classificados como Nível 2 incluem: • O valor justo dos *swaps* de taxa de juros é calculado como o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados com base em curvas de rendimento observáveis. • O valor justo dos contratos de câmbio a termo é determinado utilizando taxas de câmbio a prazo na data do balanço. O valor justo dos demais instrumentos financeiros (classificados como Nível 3) é determinado pela análise de fluxo de caixa descontado.

5. Instrumentos financeiros por categoria

31 de dezembro de 2022	Ativos	Ajuste a valor ao custo justo por meio amortizado	do Resultado	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial				
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados.	273.272	-	-	273.272
Caixa e equivalentes de caixa	18.942	-	-	18.942
Instrumentos Financeiros – Derivativos de hedge accounting	-	2.199	-	2.199
Instrumentos Financeiros - Derivativos	-	1.881	-	1.881
	292.214	4.080	-	296.294
		Derivativos ao valor justo por meio do resultado		
Passivos, conforme balanço patrimonial				
Empréstimos	242.721	-	-	242.721
Instrumentos Financeiros - Derivativos	-	10.988	-	10.988
Fornecedores nacionais e no exterior	110.224	-	-	110.224
Instrumentos Financeiros – Derivativos de hedge accounting	-	1.741	-	1.741
	352.945	12.729	-	365.674

31 de dezembro de 2021	Ativos	Ajuste a valor ao custo justo por meio amortizado	do Resultado	Total
Ativos, conforme balanço patrimonial				
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	225.080	-	-	225.080
Instrumentos Financeiros - Derivativos	-	749	-	749
Instrumentos Financeiros – Derivativos de hedge accounting	-	1.612	-	1.612
Caixa e equivalentes de caixa	12.568	-	-	12.568
	237.648	2.361	-	240.009
		Derivativos ao valor justo por meio do resultado		
Passivos, conforme balanço patrimonial				
Empréstimos	217.327	-	-	217.327
Instrumento Financeiro Derivativos	-	4.274	-	4.274
Instrumento Financeiros Derivativos de hedge accounting	-	3.130	-	3.130
Fornecedores e outras obrigações excluindo obrigações legais	128.916	-	-	128.916
	346.243	7.404	-	353.647

As contas a receber, o caixa e equivalentes de caixa e as contas a pagar são classificados como ao custo amortizado. **Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge.** Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato do derivativo ser designado ou não como um instrumento de *hedge* nos casos de adoção da contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*). Sendo este o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por *hedge*. A Companhia adota a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*) e designa certos derivativos como: • *hedge* do valor justo de ativos ou passivos reconhecidos ou de um compromisso firme (*hedge* de valor justo); • *hedge* de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (*hedge* de fluxo de caixa); ou Os valores justos dos vários instrumentos derivativos usados para fins de *hedge* estão divulgados na Nota 12. As movimentações nos valores de *hedge* classificados na conta "Ajustes de avaliação patrimonial" no patrimônio líquido estão demonstradas na Nota 26. **(a) Hedge de valor justo.** As variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de valor justo são registradas na demonstração do resultado, com quaisquer variações no valor justo do ativo ou passivo protegido por *hedge* que são atribuíveis ao risco protegido. A Companhia só aplica a contabilidade de *hedge* de valor justo para se proteger contra o risco de juros fixos de empréstimos. O ganho ou perda relacionado com a parcela efetiva de *swaps* de taxa de juros para proteção contra empréstimos com taxas fixas é reconhe-

cido na demonstração do resultado como "Despesas financeiras". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é reconhecido na demonstração do resultado como "Receita (Despesa) Financeira, respectivamente". As variações no valor justo dos empréstimos com taxas fixas protegidas por *hedge*, atribuíveis ao risco de taxa de juros, são reconhecidas na demonstração do resultado como "Despesas financeiras". Se o *hedge* não mais atender aos critérios de contabilização do *hedge*, o ajuste no valor contábil de um item protegido por *hedge*, para o qual o método de taxa efetiva de juros é utilizado, é amortizado no resultado durante o período até o vencimento. **(b) Hedge de fluxo de caixa.** A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido na demonstração do resultado como "Receita (Despesa) Financeira, respectivamente". A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como *hedge* de fluxo de caixa é reconhecida na reserva de *hedge* de fluxo de caixa, no patrimônio líquido. Os ganhos ou as perdas relacionadas com a parcela não efetiva são imediatamente reconhecidos no resultado, em outras receitas (despesas). Quando os contratos a termo são usados como *hedge* das transações previstas, a Companhia geralmente designa apenas a mudança no valor justo do contrato a termo relacionado ao componente à vista como o instrumento de *hedge*. Os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva da mudança no componente à vista dos contratos a termo são reconhecidos no patrimônio líquido como reserva de *hedge* de fluxo de caixa. A mudança no componente a termo do contrato relacionado ao item protegido é reconhecida, no patrimônio líquido, em outros resultados abrangentes como custos da reserva de *hedge*. Em alguns casos, a Companhia pode designar toda a mudança no valor justo do contrato a termo (incluindo pontos a termo) como o instrumento de *hedge*. Nesses casos, os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva da mudança no valor justo de todo o contrato a termo são reconhecidos no patrimônio líquido como reserva de *hedge* de fluxo de caixa. Os valores acumulados no patrimônio líquido são reclassificados nos períodos em que o item protegido afetar o resultado, conforme segue. Quando o item protegido acaba resultando no reconhecimento de um ativo não financeiro (estoque, por exemplo), os ganhos e perdas diferidos de *hedge* e o valor no tempo diferido dos pontos a termo diferidos, se existirem, são incluídos no custo inicial do ativo. Os valores diferidos são reconhecidos por fim no resultado quando o item protegido afeta os ganhos ou as perdas (por exemplo, por meio do custo de vendas). • Os ganhos ou perdas relacionadas à parcela efetiva dos *swaps* de taxa de juros que protegem os empréstimos a taxas variáveis são reconhecidos na demonstração do resultado como despesas financeiras ao mesmo tempo que as despesas de juros sobre os empréstimos protegidos. Quando um instrumento de *hedge* vence, é vendido ou extinto; ou quando um *hedge* não mais atende aos critérios da contabilidade de *hedge*, todo ganho ou perda acumulado diferido e os custos de *hedge* diferidos existentes no patrimônio, naquele momento, permanecem no patrimônio até que a transação prevista ocorra, resultando no reconhecimento de um ativo não financeiro, como um estoque. Quando não se espera mais que uma operação prevista ocorra, o ganho ou a perda cumulativa e os custos de *hedge* diferidos que haviam sido apresentados no patrimônio líquido são imediatamente reclassificados para o resultado. **(c) Ineficácia do hedge.** A eficácia de *hedge* é determinada no surgimento da relação de *hedge* e por meio de avaliações periódicas prospectivas de eficácia para garantir que exista uma relação econômica entre o item protegido e o instrumento de *hedge*. No caso de *hedges* de compras em moeda estrangeira, a Companhia contrata operações de *hedge* quando os termos essenciais do instrumento de *hedge* correspondem exatamente aos termos do item protegido. Portanto, a Companhia realiza uma avaliação qualitativa de eficácia. Se houver mudanças nas circunstâncias que afetem os termos do item protegido de tal forma que os termos essenciais deixem de corresponder, de forma exata, aos termos essenciais do instrumento de *hedge*, a Companhia utilizará o método derivativo hipotético para avaliar a eficácia. Nos *hedges* de compras em moeda estrangeira, a ineficácia pode ocorrer se o período da transação prevista for alterado em relação ao período estimado originalmente, ou se houver mudanças no risco de crédito ou na contraparte do derivativo. **6. Qualidade do crédito dos ativos financeiros.** A qualidade do crédito dos ativos financeiros que não estão vencidos ou *impaired* pode ser avaliada mediante referência às classificações externas de crédito (se houver) ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes:

	2022	2021
Contas a receber clientes		
Contrapartes sem classificação externa de crédito		
Grupo 1	4.933	9.902
Grupo 2	259.672	225.386
Total do contas a receber clientes	264.605	235.288
Títulos e valores mobiliários em caixa e equivalentes de caixa		
Contrapartes com classificação externa de crédito (Standard & Poor's)		
AAA-(2022)/AAA-(2021)	1.123	489
Total dos títulos e valores mobiliários	1.123	489
Bancos		
AAA (2022) / AAA (2021)		
BB- (2022) / BB (2021)	17.768	10.736
Total de bancos	51	1.343
	17.819	12.079

• Grupo 1 - novos clientes/partes relacionadas (menos de seis meses).
• Grupo 2 - clientes/partes relacionadas existentes (mais de seis meses)

7 Caixa e Equivalentes de Caixa	2022	2021
Bancos		
Banco Itaú S/A	16.409	6.870
BNP Paribas S/A (SP)	1.068	10
BNP Paribas S/A (Frankfurt)	265	2.077
Bradesco S/A	51	1.378
Banco de Brasília	26	401
Banco do Brasil	-	1.343
	17.819	12.079

Aplicações financeiras		
Banco do Brasil	831	-
Bradesco	187	-
Banco Santander (Brasil) S. A	105	489
	1.123	489

Total de caixa e equivalentes de caixa
Referem-se a títulos e valores mobiliários (Certificados de depósitos bancários) e tiveram uma remuneração média de 15 % do CDI (certificados de depósitos interbancários) em 2022 e 2021.

8 Contas a receber	2022	2021
Clientes no país	263.752	236.748
Clientes no exterior – partes relacionadas (Nota 11)	10.759	9.612
Provisão para perdas com clientes	(9.906)	(11.072)
	264.605	235.288

	204.605	235.288
8.1 AGING do contas a receber	2022	2021
Vencidas	191.430	184.774
Vencido até 30 dias	32.029	14.270
Vencido 31 até 60 dias	9.391	6.310
Vencido 61 até 90 dias	6.503	2.965
Vencido 91 até 180 dias	5.483	7.822
Vencido há mais de 180 dias	29.674	30.221
Total de contas a receber vencidas	83.080	61.587
Total de contas a receber	274.512	246.360
Provisão para perdas com clientes	(9.906)	(11.072)
	264.605	235.288

Rio de Janeiro

Laboratórios B.Braun S.A.

CNPJ/MF nº 31.673.254/0001-02

20.4 Lucros acumulados.		23 Outras receitas (despesas) líquidas		2022	2021	27 Alterações de normas novas que ainda não estão em vigor. As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2022. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida. No Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC): • Alteração ao IAS 1 – “Apresentação das Demonstrações Contábeis: de acordo com o IAS 1 – “Presentation of financial statements”, para uma entidade classificar passivos como não circulantes em suas demonstrações financeiras, ela deve ter o direito de evitar a liquidação dos passivos por no mínimo doze meses da data do balanço patrimonial. Em janeiro de 2020, o IASB emitiu a alteração ao IAS 1 “Classification of liabilities as current or non-current”, cuja data de aplicação era para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2023, que determinava que a entidade não teria o direito de evitar a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses, caso, na data do balanço, não tivesse cumprido com índices previstos em cláusulas restritivas (ex.: covenants), mesmo que a mensuração contratual do covenant somente fosse requerida após a data do balanço em até doze meses. Subsequentemente, em outubro de 2022, nova alteração foi emitida para esclarecer que passivos que contêm cláusulas contratuais restritivas requerendo atingimento de índices sob covenants somente após a data do balanço, não afetam a classificação como circulante ou não circulante. Somente covenants com os quais a entidade é requerida a cumprir até a data do balanço afetam a classificação do passivo, mesmo que a mensuração somente ocorra após aquela data. A alteração de 2022 introduz requisitos adicionais de divulgação que permitam aos usuários das demonstrações financeiras compreender o risco do passivo ser liquidado em até doze meses após a data do balanço. A alteração de 2022 mudou a data de aplicação da alteração de 2020. Desta forma, ambas as alterações se aplicam para exercícios iniciados a partir de 1º de janeiro de 2024.
Em 31 de janeiro de 2021		Pis e Cofins recuperados ⁽¹⁾		13.430	38.533	
Lucro do exercício	75.049	Outras receitas Adicionais (IC/TP)		6.785	12.092	
Reserva Legal	(3.752)	Provisões Operacionais		6.736	(946)	
Transferência outras reservas de lucros	(35.145)	ICMS Incentivo Fiscal		3.339	2.625	
Transferência para reserva de subvenção de investimento (ICMS)	(36.152)	Reversão de provisões processos tributários		1.386	(84)	
Em 31 de janeiro de 2022		Resultado na baixa de imobilizado		212	449	
Lucro líquido do exercício	29.731	Demais receitas e (despesas) líquidas		188	3.394	
Reserva Legal	(1.487)	Provisão de auditoria		11	38	
Transferência para reserva de subvenção de investimento (ICMS)	(28.245)	Baixa do contas a receber, líquida de PCLD		(382)	(2.698)	
Em 31 de dezembro de 2022		Multas		(1.972)	(1.780)	
20.5 Custo de reserva de hedge		Provisão Imposto a pagar sobre serviços		(1.840)	(1.235)	
Saldo de abertura		Outras Despesas (IC/TP)		(11.988)	(3.058)	
Mudanças MTM de <i>Cash flow hedge</i> reconhecidos no PL (OCI)	(28.622)	24 Resultado financeiro		15.905	43.967	
Reclassificação do OCI para resultado ⁽¹⁾	26.557	Despesas com serviços bancários		(309)	(88)	
Saldo em 31 de dezembro		Despesa de juros partes relacionadas		(3.083)	(2.112)	
Tributos Diferidos	702	Juros bancários		(4.992)	(3.284)	
(1) Para a data base de 31 de dezembro de 2022 foi observada a manutenção da relação econômica entre o instrumento e objeto de hedge. No exercício foram reclassificados R\$ 26.557 (despesa) da reserva de <i>hedge</i> para o resultado, enquanto no exercício de 2021 foram reclassificados R\$ 8.386 (receita).		Variações Cambiais e Monetárias Ativas		(12.230)	(22.412)	
21 Receita de vendas líquida		Perdas com operação de Hedge		(96.552)	(22.194)	
Mercado interno	1.250.955	Despesas Financeiras		(117.166)	(50.090)	
Mercado externo	23.179	Variações Cambiais e Monetárias Passivas		51.101	27.794	
Deduções da receita bruta	(257.019)	Juros recebidos - cobrança		4.575	1.932	
	1.017.115	Ganhos com operação de Hedge		4.127	18.536	
Reconciliação dos efeitos de vendas realizadas e não entregues ao fim do exercício:	1.282.795	Rendimento de aplicação financeira		226	36	
Receita de venda bruta	(8.662)	Outras receitas financeiras		46	84	
(-) Provisão de receitas de vendas faturadas não entregues	(39.376)	Receitas Financeiras		60.075	48.382	
(-) Devoluções e descontos	(217.643)	Resultado financeiro		(57.091)	(1.708)	
(-) Impostos sobre vendas	1.017.115	25 Outras divulgações sobre os fluxos de caixa		2022	2021	
Receita de vendas líquida		(a) Reconciliação da dívida líquida				
22 Despesas com vendas, administrativas e honorários dos administradores.		Empréstimo de curto prazo		170.181	217.327	
Vendas e Administrativo	2022	Empréstimo de longo prazo		72.540	-	
Pessoal	160.045	Total das Dívidas		242.721	217.327	
Frete de Vendas	51.356	Caixa e Equivalentes de Caixa		18.942	12.568	
Outros	34.234	Dívida Líquida		223.779	204.760	
Honorários e Serviços	20.168	Dívida líquida 31 de dezembro de 2021		217.327	217.327	
Despesas Intercompany	14.513	Movimentações que afetaram o fluxo de caixa		69.547	69.547	
Utilidades	13.206	Obtenção empréstimo		4.201	4.201	
Depreciação	12.153	Varição cambial realizada		(1.728)	(1.728)	
Despesas de Passagens e Acomodações	9.722	Pagamento de juros		(49.708)	(49.708)	
Depreciação / Aluguéis (CPC 06-R2) ⁽¹⁾	8.590	Outros		6	(6-374)	
Manutenções	5.391	Pagamento de Empréstimos		(1.728)	(1.728)	
Serviços c/Armazenagem em CD's	5.146	Movimentações que não afetaram o fluxo de caixa		3.083	3.083	
Custos de Publicidade / Eventos	3.930	Dívida líquida 31 de dezembro de 2022		242.721	223.781	
Honorários dos Administradores	3.606	26. Seguros. A Companhia busca no mercado apoio de consultores de seguros para estabelecer coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas, em 31 de dezembro de 2022, foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, consoante apólices de seguros:				
Segurança Patrimonial	2.948	Ramos				
Conservação e Limpeza	2.883	Riscos operacionais		3.118.381		
Taxas de Registro e Certificações de Produtos	2.787	Responsabilidade civil		63.586		
Combustível Equipe de Vendas	2.451	Responsabilidade de executivos		59.884		
Despesa de Internet e Comunicação	1.311	Transporte internacional		12.771		
Comissão de Vendas	177	Transporte nacionais		12.490		
(-) Apropriação da parcela de despesa ao Custo de Produção	(61.994)					
Total de despesas com vendas, gerais e administrativas e honorários dos administradores	292.623					
(1) Trata-se de despesa de depreciação com Ativos de Direito de Uso e despesas com aluguéis que não se enquadram nos critérios estabelecidos ao CPC 06-R2.						
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras. Aos Administradores e Acionistas Laboratórios B.Braun S.A. Opinião. Examinamos as demonstrações financeiras dos Laboratórios B.Braun S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira dos Laboratórios B.Braun S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Base para opinião. Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras. A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda						
tências, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que não existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 24 de abril de 2023.						
PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda. - CRC 2SP000160/O-5. Gustavo José Pimentel Sardinha Contador CRC 1RJ096375/O-0						

MORPETH ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ/MF nº 28.471.578/0001-45 - NIRE nº 33.3.0032436-4
Edital de Convocação para Assembleia Especial. Ficam os senhores acionistas titulares de ações preferenciais de emissão da Morpeth Administração e Participações S.A. (“Companhia”) convocados para, em segunda convocação, se reunirem em Assembleia Especial de acionistas titulares de ações preferenciais, a ser realizada em 2 de maio de 2023, às 10:00 horas, na sede da Companhia, localizada na Avenida Barão de Tefé nº 34, sala 1401, Saúde, na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, CEP 20.220-460 (“Assembleia Especial”) para deliberarem acerca das seguintes matérias, nos termos dos arts. 124, §1º, I, e 136, §1º, da Lei nº 6.404/1976: **(i)** a criação de novas classes de ações ordinárias “A” e “B” nominativas, sem valor nominal e com voto plural, sendo que (i) as “Ações Ordinárias Classe A” conferirão aos seus titulares o direito a 10 (dez) votos por ação; e (ii) as “Ações Ordinárias Classe B” conferirão aos seus titulares o direito a 9 (nove) votos por ação, ambas com prazo de vigência inicial de 6 (seis) meses e prorrogável nos termos do art. 110-A, §7º, da Lei nº 6.404/1976; **(ii)** a conversão de 701.189 (setecentas e uma mil, cento e oitenta e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com direito a 1 (um) voto cada, de titularidade do acionista Christopher John Ogle Freeman, em Ações Ordinárias Classe A; **(iii)** a conversão de 246.703 (duzentas e quarenta e seis mil, setecentas e três) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, com direito a 1 (um) voto cada, de titularidade da acionista Clícia Maria Lutti Freeman, em Ações Ordinárias Classe B. Rio de Janeiro, 24 de abril de 2023. **Christopher John Ogle Freeman** - Diretor Presidente.

NOVA TRANSPORTADORA DO SUDESTE S.A. - NTS
CNPJ 04.992.714/0001-84 - NIRE 33.3.0026999-1
EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 5 DE ABRIL DE 2023. 1. Local e Hora: A reunião foi realizada por meio de conferência telefônica, às 15h, em conformidade com o artigo 12, § 4º, do Estatuto Social da Nova Transportadora do Sudeste S.A. - NTS (“Companhia”). **2. Mesa:** Sr. Marcos Pinto Almeida, Presidente; e Sr. Fernando Ziziotti, Secretário. **3. Convocação e Presença:** A convocação da Reunião foi realizada na forma do Parágrafo 1º do Artigo 12 do Estatuto Social da Companhia. Presente a totalidade dos membros em exercício do Conselho de Administração da Companhia. **4. Deliberações:** Os membros participantes decidiram, por unanimidade de votos, conforme material de suporte enviado aos Conselheiros e arquivado na sede da Companhia, **(a) aprovar** a contratação da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda., registrada no CNPJ/ME sob o nº 49.928.567/0001-11, como o novo auditor independente da Companhia, de acordo com o Artigo 11, inciso XIII do Estatuto Social da Companhia, em substituição à atual empresa de auditoria independente da Companhia, Ernst & Young Auditores Independentes S.A., cuja contratação foi aprovada por meio de e-mail enviado aos Conselheiros em 10 de maio de 2018 e ratificada na Reunião Ordinária do Conselho de Administração da Companhia, realizada em 8 de junho de 2018; e **(b) autorizar** a Diretoria da Companhia a realizar todos os atos necessários à efetivação da deliberação anteriormente mencionada. **5. Lavratura e Leitura da Ata:** Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a presente reunião, da qual se lavrou a presente ata, que, lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. **6. Conselheiros Presentes:** Marcos Pinto Almeida, Fernando Ziziotti, Carlos David Castro Ibañez, Luiz Serafim Spinola Santos, Jianyue Zhang, Paraskevass Fionimos, Henri Penchas, Bruno Henrique Lopez Lima, Wong Loon e Debora Miranda. Rio de Janeiro, 5 de abril de 2023. **Marcos Pinto Almeida** - Presidente; **Fernando Ziziotti** - Secretário. Jucerja nº 5431635 em 19/04/2023.

OCEÂNICA ENGENHARIA E CONSULTORIA S.A.
CNPJ/ME nº 29.980.141/0001-08 - NIRE 33.3.0033158-1
Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de Abril de 2023. 1. Data, Horário e Local: Dia 17 de abril de 2023, às 14 horas, na sede social da OCEÂNICA ENGENHARIA E CONSULTORIA S.A., localizada na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, 3.434, bloco 1, 3º andar, Barra da Tijuca, CEP 22640-102 (“Companhia”). **2. Presença e Convocação:** Conselheiros presentes em sua totalidade. Dispensada a convocação, na forma do disposto no Estatuto Social da Companhia. **3. Mesa:** Alfredo José Califfa, Presidente da Mesa e Fernanda Bernardino de Almeida, Secretária da Mesa. **4. Ordem do Dia:** Examinar, discutir e deliberar sobre: **(i)** a celebração de contratos da Companhia e/ou de suas controladas advindas de licitações e/ou leilões cujo valor seja superior a R\$50.000,00 (cinquenta milhões de reais), nos termos do artigo 20, inciso “i”, do Estatuto Social da Companhia; **(ii)** a assunção de compromissos ou obrigações pela Companhia, em valor superior a R\$50.000.000 (cinquenta milhões de reais), nos termos do artigo 20, inciso “i”, do Estatuto Social da Companhia; **(iii)** a celebração de operações com partes relacionadas da Companhia em valor superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), nos termos do artigo 20, inciso “q”, do Estatuto Social da Companhia; e **(iv)** sobre a eleição de membros da Diretoria da Companhia. **5. Deliberação:** Após análise da proposta submetida à deliberação, por decisão unânime da totalidade dos conselheiros, e sem quaisquer restrições, estes aprovaram, o quanto segue: **(i)** a ratificação e aprovação dos contratos firmados entre a Companhia e a PETROLOF BRASILIEIRO S.A. - PETROBRAS. **(ii)** a assunção de compromissos ou obrigações pela Companhia, que atinge valor superior a R\$50.000.000 (cinquenta milhões de reais), nos termos do artigo 20, inciso “i”, do Estatuto Social da Companhia, perante a Oceânica Netherlands B.V. (“Oceânica B.V.”). **(iii)** a ratificação e aprovação de operações com partes relacionadas da Companhia em valor superior a R\$1.000.000,00 (um milhão de reais), nos termos do artigo 20, inciso “q”, do Estatuto Social da Companhia, perante a Oceânica Netherlands B.V. (“Oceânica B.V.”). Nesse sentido: ratificam a celebração dos contratos de afretamento a casco nu das embarcações “OCEANICASUB VIII” e “OCEANICASUB IX”. As cópias dos referidos contratos poderão ser encontradas na sede social da Companhia. **(iv)** a eleição da seguinte diretoria para compor a Diretoria e a fixação de suas atribuições, com mandato unificado aos demais membros da Diretoria de 2 (dois) anos, estendendo-se até a primeira reunião do Conselho de Administração após a assembleia geral ordinária da Companhia que deliberar sobre as contas dos administradores e demonstrações financeiras da Companhia referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2023, podendo ser reeleita: (a) Eleição da Sra. **FABIANA GONÇALVES BOQUIPAMEN MENDONÇA**, brasileira, administradora, casada, portadora da cédula de identidade nº 013084734-6, expedida pelo MEXRJ, inscrita no CPF/ME sob o nº 041.239.376-08, com endereço na cidade de Macaé, na Rua Professore Marcília Picanço, nº 563, Mirante da Lagoa, CEP: 27925-200, para o cargo de **diretora** sem designação específica. O membro da diretoria ora eleito tomará posse mediante assinatura do termo de posse, que integra a presente ata como Anexo I, lavrada em livro próprio da Companhia, ocasião em que declarará, sob as penas da lei, que não está impedida de exercer a administração da Companhia por lei especial ou em virtude de condenação, inclusive de seu respectivo efeito, a pena que vede, ainda que temporariamente, o acesso a cargos públicos; por crime falimentar, de prevaricação, peita ou suborno, concussão, peculato; ou contra a economia popular, contra o sistema financeiro nacional, contra as normas de defesa da concorrência, contra as relações de consumo, a fé pública ou a propriedade. **6. Observações Finais:** Nada mais havendo a tratar, foi lavrada a presente ata, que lida e achada conforme vai assinada. Membros do Conselho de Administração: Alfredo José Califfa, Luis Paulo Assumpção, André Ponce de Leon Arruda, Ana Marta Horta Veloso, Pedro Rodrigues Galvão de Medeiros e Victor Jorge Snabaitis Bormim. A presente transcrição é cópia resumida da ata lavrada no livro próprio da Companhia. Rio de Janeiro, 17 de abril de 2023. **Mesa: Fernanda Bernardino de Almeida - Secretária da Mesa; Alfredo José Califfa - Presidente da Mesa.** Jucerja nº 5437359 em 24/04/2023.

Miriam Minas Rio Automóveis e Máquinas S/A
C.N.P.J. 33.050.816/0001-89 -NIRE 333.0011219-7
ATA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 17 DE ABRIL DE 2023. Data, hora e local: Assembleias realizadas no dia 17.04.2023 às 14:00 horas, na Sede Social à Av. Brasil, 7.600 - Ramos - Rio de Janeiro – RJ. **Composição da Mesa:** Presidente: Armando Roberto dos Reis Lavoruras; Secretário: Sérgio Luiz dos Reis Lavoruras. **Convocação:** Efetuadas convocações aos acionistas através de publicações no mês de ABRIL de 2023, nos dias 17, 20 e 21, no jornal do Diário Comercial e na página do mesmo Jornal na Internet. **Acionistas Presentes e Quórum:** Os acionistas representam 98,99% (noventa e oito vírgula noventa e nove por cento) do Capital Social, com direito a voto, conforme livro de presença de acionistas. **Ordem do dia: Assembleia Geral Ordinária - a)** Examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; **b)** destinação do resultado do exercício; **c)** eleição da diretoria e a fixação de seus honorários. **Das Deliberações:** 1 - Aprovação por unanimidade, sem restrições quanto às demonstrações financeiras do Exercício Social, findo em 31.12.2022, publicadas nos Jornal do Diário Comércio e na página do mesmo Jornal na Internet, em 09 de Março de 2023 -; 2 - O lucro líquido do exercício será incorporado à conta “Lucros Acumulados” (Reserva de Lucros); 3 - Decidido pela distribuição de dividendos no valor de R\$ 1.488.000,00 (hum milhão e quatrocentos e oitenta e oito mil reais), que deverão ser creditados e pagos durante o ano de 2023, conforme legislação em vigor e de acordo com a participação societária de cada acionista; 4 - A nova Diretoria eleita com mandato de um ano, ou seja, de 01.05.2023 a 30.04.2024, ficará assim constituída: **Presidente:** Armando Roberto dos Reis Lavoruras, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado à Av. Automóvel Club -990 – São João do Meriti – RJ, RG nº 05.828.819-2 – IFP e do CPF/MF nº 778.809.517-68; **Vice – Presidente:** Sérgio Luiz dos Reis Lavoruras, brasileiro, casado, empresário, residente e domiciliado à Av. Automóvel Club -990 – São João do Meriti - RJ, RG nº 04.963.307-7 – IFP e do CPF/MF nº 620.592.277-04; **Vice – Presidente:** Clá



PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma IziSign. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/DD71-6810-2F8F-88E2> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: DD71-6810-2F8F-88E2



Hash do Documento

45851AF1141C795E4735B7710807E97A0FAC0CC915F606EFEED71E8023995441

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 25/04/2023 é(são) :

- ☒ Marcos Nogueira Da Luz (Administrador) - 086.729.427-28 em 25/04/2023 20:59 UTC-03:00
- Tipo:** Certificado Digital - JORNAL DIARIO COMERCIAL LTDA - 33.270.067/0001-03



IDENTIFICAÇÃO DOS ASSINANTES

CERTIFICO QUE O ATO DA LABORATORIOS B BRAUN S/A, NIRE 33.3.0010687-1, PROTOCOLO 00-2023/334991-0, ARQUIVADO EM 04/05/2023, SOB O NÚMERO (S) 00005455870, FOI ASSINADO DIGITALMENTE.

CPF/CNPJ	Nome
<input checked="" type="checkbox"/> 099.116.687-62	PRISCILA LEITE DOS SANTOS
<input checked="" type="checkbox"/> 043.524.957-60	WAGNER LOPES DE ALMEIDA JUNIOR

04 de maio de 2023.

Jorge Paulo Magdaleno Filho
Secretário Geral